



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº [REDACTED]/PR**

**AGRAVANTE:** UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

**AGRAVADO:** [REDACTED]

**DESPACHO/DECISÃO**

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela União contra decisão que, em mandado de segurança buscando a restituição de mercadorias apreendidas, deferiu a *liminar para o fim de restituir ao impetrante o telefone celular APPLE IPHONE XI constante no Auto de Infração e Apreensão de Mercadoria nº 0917500-119033/2019, avaliado em US\$ 1.330,00 ou R\$ 5.513,78.*

Sustenta a agravante, em síntese, a legalidade do ato administrativo, haja vista tratar-se de bem novo, sem qualquer sinal de uso. Requer a concessão de efeito suspensivo.

**Decido.**

A controvérsia reside na verificação da legalidade do ato administrativo que reteve mercadoria de procedência paraguaia ingressada no território nacional, para fins de aplicação da pena de perdimento.

No concernente, a Instrução Normativa SRF nº 117/98 dispõe sobre os bens compreendidos no conceito de bagagem, definindo ainda qual o limite de isenção aplicável:

*Art.2º Para os efeitos desta Instrução Normativa, entende-se por:*

*I - bagagem: os bens novos ou usados destinados a uso ou a consumo pessoal do viajante, em compatibilidade com as circunstâncias de sua viagem. (...)*

*II - **bagagem** acompanhada: a que o viajante portar consigo no mesmo meio de transporte em que viaje, desde que não amparada por conhecimento de carga;*

*Parágrafo único. Incluem-se entre os bens de uso ou consumo pessoal aqueles destinados à atividade profissional do viajante, bem como utilidades domésticas.*

*(...)*

*Art.6º A **bagagem** acompanhada está isenta relativamente a:*

*I - livros, folhetos e periódicos;*

*II - roupas e outros artigos de vestuário, artigos de higiene e do toucador, e calçados, para uso próprio do viajante, em quantidade e qualidade compatíveis com a duração e a finalidade da sua permanência no exterior;*

*III - outros bens, observado o limite de valor global de:*

*(...)*

*b) US\$ 300.00 (trezentos dólares dos Estados Unidos) ou o equivalente em outra moeda, quando o viajante ingressar no País por via terrestre, fluvial ou lacustre. (Redação dada pela IN SRF nº 538, de 20/04/2005)*

Outrossim, a IN/SRF nº 1059/2010, que revogou a IN SRF 117/98 - sem interrupção de sua força normativa -, dispôs, no concernente às definições e ao tratamento aplicável aos bens de viajantes, que:

*Art. 2º Para os efeitos desta Instrução Normativa, entende-se por:*

*(...)*

*II - bagagem: os bens novos ou usados que um viajante, em compatibilidade com as circunstâncias de sua viagem, puder destinar para seu uso ou consumo pessoal, bem como para presentear, sempre que, pela sua quantidade, natureza ou variedade, não permitirem presumir importação ou exportação com fins comerciais ou industriais;*

*III - bagagem acompanhada: a que o viajante levar consigo e no mesmo meio de transporte em que viaje, exceto quando vier em condição de carga;*

*(...)*

*VI - bens de uso e consumo pessoal: os artigos de vestuário, higiene e demais bens de caráter manifestamente pessoal, em **natureza e quantidade compatíveis com as circunstâncias da viagem**;*

*VII - bens de caráter manifestamente pessoal: aqueles que o viajante possa necessitar para uso próprio, **considerando as circunstâncias da viagem e a sua condição física, bem como os bens portáteis destinados a atividades profissionais a serem executadas durante a viagem**, excluídos máquinas, aparelhos e outros objetos que requeiram alguma instalação para seu uso e máquinas filmadoras e computadores pessoais;*

*(...)*

*§ 1º Os bens de caráter manifestamente pessoal a que se refere o inciso VII do caput abrangem, entre outros, **uma máquina fotográfica, um relógio de pulso e um telefone celular usados** que o viajante porte consigo, desde que em compatibilidade com as circunstâncias da viagem.*

*(...)*

*Art. 33. O viajante procedente do exterior poderá trazer em sua **bagagem** acompanhada, com a isenção dos tributos a que se refere o caput do art. 32:*

*I - livros, folhetos, periódicos;*

*II - bens de uso ou consumo pessoal; e*

*III - outros bens, observado o disposto nos §§ 1º a 5º deste artigo, e os limites de valor global de:*

*a) US\$ 500.00 (quinhentos dólares dos Estados Unidos da América) ou o equivalente em outra moeda, quando o viajante ingressar no País por via aérea ou marítima; e*

*b) US\$ 300.00 (trezentos dólares dos Estados Unidos da América) ou o equivalente em outra moeda, quando o viajante ingressar no País por via terrestre, fluvial ou lacustre.*

*§ 1º Os bens a que se refere o inciso III do caput, para fruição da isenção, submetem-se ainda aos seguintes limites quantitativos:*

*I - bebidas alcoólicas: 12 (doze) litros, no total;*

*II - cigarros: 10 (dez) maços, no total, contendo, cada um, 20 (vinte) unidades;*

*III - charutos ou cigarrilhas: 25 (vinte e cinco) unidades, no total;*

*IV - fumo: 250 gramas, no total;*

*V - bens não relacionados nos incisos I a IV, de valor unitário inferior a US\$ 10.00 (dez dólares dos Estados Unidos da América): 20 (vinte) unidades, no total, desde que não haja mais do que 10 (dez) unidades idênticas; e*

*VI - bens não relacionados nos incisos I a V: 20 (vinte) unidades, no total, desde que não haja mais do que 3 (três) unidades idênticas.*

*§ 2º Para as vias terrestre, fluvial ou lacustre, o:*

*I - valor unitário a ser considerado no limite quantitativo a que se refere o inciso V do § 1º será de US\$ 5.00 (cinco dólares dos Estados Unidos da América); e*

*II - limite quantitativo a que se refere o inciso VI do § 1º será de 10 (dez) unidades, no total, desde que não haja mais do que 3 (três) unidades idênticas.*

*§ 3º Os limites quantitativos de que tratam os incisos V e VI do § 1º e o § 2º se referem à unidade na qual os bens são usualmente comercializados no varejo, ainda que apresentados em conjuntos ou sortidos.*

*§ 4º A Coana poderá estabelecer limites quantitativos diferenciados, tendo em conta o tipo de mercadoria, a via de ingresso do viajante e características regionais ou locais.*

§ 5º O direito à isenção a que se refere o inciso III do caput somente poderá ser exercido uma vez a cada intervalo de 1 (um) mês. (grifei)

O Regulamento Aduaneiro (Decreto 6.759/09), por sua vez, dispõe que:

*Art. 155. Para fins de aplicação da isenção para **bagagem** de viajante procedente do exterior, entende-se por (Regime Aduaneiro de **bagagem** no Mercosul, Artigo 1º, aprovado pela Decisão CMC nº 53, de 2008, internalizada pelo Decreto nº 6.870, de 2009): ( Redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010 )*

*I - **bagagem**: os bens novos ou usados que um viajante, em compatibilidade com as circunstâncias de sua viagem, puder destinar para seu uso ou consumo pessoal, bem como para presentear, sempre que, pela sua quantidade, natureza ou variedade, não permitirem presumir importação com fins comerciais ou industriais; ( Redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010 )*

*II - **bagagem** acompanhada: a que o viajante traga consigo, no mesmo meio de transporte em que viaje, desde que não amparada por conhecimento de carga ou documento equivalente; ( Redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010 )*

*III - **bagagem** desacompanhada: a que chegue ao País, amparada por conhecimento de carga ou documento equivalente; e ( Redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010 )*

*IV - bens de uso ou consumo pessoal: os artigos de vestuário, higiene e demais bens de caráter manifestamente pessoal. ( Incluído pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010 )*

*(...)*

*Art. 157. A **bagagem** acompanhada está isenta do pagamento do imposto, relativamente a (Regime Aduaneiro de **bagagem** no Mercosul, Artigo 9º, incisos 1 a 3, aprovado pela Decisão CMC nº 53, de 2008, internalizada pelo Decreto nº 6.870, de 2009): ( Redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010 )*

*I - bens de uso ou consumo pessoal; ( Redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010 )*

*II - livros, folhetos e periódicos; e*

*III - outros bens, observado o limite de valor global estabelecido em ato do Ministério da Fazenda (Constituição, art. 237; e Decreto-Lei nº 2.120, de 1984, art. 1º, caput).*

*§ 1º A isenção estabelecida em favor do viajante é individual e intransferível (Norma de Aplicação relativa ao Regime de **bagagem** no Mercosul, Artigo 5, item 1, aprovada pela Decisão CMC nº 18, de 1994, e internalizada pelo Decreto nº 1.765, de 1995).*

*§ 2º Excedido o limite de valor global a que se refere o inciso III, aplica-se o regime de tributação especial de que tratam os arts. 101 e 102.*

§ 3º O direito à isenção a que se refere o inciso III do caput não poderá ser exercido mais de uma vez no intervalo de um mês (Regime Aduaneiro de **bagagem** no Mercosul, Artigo 9º, inciso 5, aprovado pela Decisão CMC nº 53, de 2008, internalizada pelo Decreto nº 6.870, de 2009). ( Incluído pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010 )

§ 4º O Ministério da Fazenda poderá estabelecer, ainda, limites quantitativos para a fruição de isenções relativas à **bagagem** de viajante (Regime Aduaneiro de **bagagem** no Mercosul, Artigo 9º, inciso 6, aprovado pela Decisão CMC nº 53, de 2008, internalizada pelo Decreto nº 6.870, de 2009). ( Incluído pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010 ) (grifei)

Tratando-se de telefone celular, como visto, há previsão legal expressa no sentido de tratar-se de bem isento, face à sua característica de bem manifestamente pessoal, desde que *usado* (art. 2º, VII, § 1º, acima transcrito).

No caso concreto, a autoridade aduaneira afirma tratar-se de bem novo, sem qualquer sinal de uso, anexando fotografias que comprovam sua alegação de que o produto encontrava-se em sua caixa original, sem remoção da película protetora (de fábrica) e com acessórios igualmente intactos (Evento 14 INF\_MSEG1).

Ademais, consta no relatório fiscal que o impetrante, ao ingressar no Brasil, portava outros 2 (dois) telefones celulares usados, os quais foram devidamente liberados (Evento 1 OUT5 pág. 8).

O autuado, por sua vez, em sua impugnação, não contestou referidas informações, cingindo-se a alegar que não adquiriu o produto *sub judice* para fins de revenda (Evento 14 PROCADM2 págs. 24/26)

Dessarte, faltante ao telefone celular a condição de bem *usado* - sendo inequívoco, ao revés, tratar-se de produto *novo* -, não há falar em probabilidade do direito alegado, devendo ser reformada a decisão agravada.

Ante o exposto, **defiro** o pedido de efeito suspensivo.

Intime-se a parte agravada para responder, em 15 dias (art. 1.019, II, do CPC).

---

Documento eletrônico assinado por **FRANCISCO DONIZETE GOMES, Juiz Federal Convocado**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **40001792547v15** e do código CRC **e95a3018**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): FRANCISCO DONIZETE GOMES

Data e Hora: 9/6/2020, às 17:50:1

---

[REDACTED]

40001792547.V15